



A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL:

uma análise crítica

Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o financiamento da educação brasileira como estratégia do capitalismo para se firmar como proposta hegemônica em face da sua crise estrutural. Faz uma breve retrospectiva da educação superior no Brasil abordando desde a sua implantação com os portugueses, a reforma universitária de 68 até a sua efetiva privatização. A metodologia se desenvolve sob a ótica de uma pesquisa bibliográfica e documental. O estudo é parte integrante da pesquisa de mestrado em andamento da autora.

Palavras-chave: Educação superior. Políticas Públicas

ABSTRACT

This study intends to analyze the Brazilian education financing as a capitalism strategy to get a hegemonic propose front of structural crisis. Show a short retrospect from brazilian higher education addressing since your deployment with portugueses, university reform of 68 until your efetive privatization. The methodology was developed from of a literature search and documental search. The study is part of the author's master research in progress.

Keywords: Higher Education. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

As formas de intercâmbio produtivo entre seres humanos e natureza anteriores ao capitalismo eram, de maneira geral, norteadas pela produção para uso, finalidade essa, que tinha um caráter de auto-suficiência onde não havia ainda o predomínio do capital tal como o conhecemos hoje. A dinâmica do capital abandonou as estruturas de auto-suficiência para se firmar como o novo controle de metabolismo

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Ceará-UFC. aureamag@yahoo.com.br



social legitimando o valor de troca quantificável e expansível como mediador das relações.

Entretanto, a necessidade expansão, trouxe consequências não só no que diz respeito á manutenção do capital, mas também, a sua própria sobrevivência. Esta é a principal contradição enfrentada na estrutura do capital, ou seja, para a sobrevivência do capital era imprescindível uma expansão sem limites, no entanto esse caráter expansionista trazia consequências devastadoras para a viabilidade do sistema produtivo como um todo. (MÈSZARO, 2003).

Dentre todas as estratégias adotadas pelo capitalismo, no sentido de evitar sua falência, uma efetivamente se consolidou, o neoliberalismo, que se manifestou como um complexo processo de construção hegemônica, isto é, como uma estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados. Primeiro através de um conjunto de reformas concretas nas esferas econômica, política, educacional etc e segundo, através de uma série de medidas culturais orientadas a impor novos significados sociais. (COGGIOLA ; KATZ, 1996).

Como podemos perceber, o neoliberalismo nasceu como uma proposta a crise do capital, tal percepção fica clara também nas palavras de Antunes (2002, p.31).

[...] como resposta á própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo contorno mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho.

Estas afirmações também são compartilhadas com o pensamento de Silva; Gentili (1996, p.10), quando ele diz:

[...] o neoliberalismo, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa, constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista.

Nesse sentido foi articulado um grande projeto de reforma ideológica que tinha como objetivo a construção e a difusão de um novo senso comum, onde este começa a aceitar as fórmulas de ajuste do capitalismo. Diante desse panorama observamos que o neoliberalismo não só transformou materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, como também consegue que esta transformação seja aceita como a única saída possível.



2 ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DO CAPITALISMO

O reconhecimento de que a educação poderia ser a grande aliada do capitalismo na difusão da ideologia dominante, foi sem dúvida a medida mais acertada deste sistema. É fácil entender que, com a crise do capital, todos os segmentos da vida social também entram em crise e, neste contexto se encontra a educação, que traz uma característica singular, é capaz de reproduzir ideologias sem o confronto da violência direta, ou seja, possibilita uma intervenção sutil, mas sem deixar, no entanto, de ser eficiente. A educação, desta forma, migrou de uma esfera social para uma esfera mercantilista, passando a ser designada como uma atividade mercadológica.

Este novo viés educacional apontado pelo capitalismo teve que adotar novas concepções, pois o modelo de educação vigente não respondia mais às necessidades da crise, era necessário agora, um novo padrão, afinado com as novas formas de produção e de relações sociais, visto que, os modelos tradicionais de educação, já não preparavam mais os indivíduos para a nova realidade.

Os esclarecimentos para estas questões se refletem diretamente na forma de produção do trabalho, pois neste contexto, a educação passa a produzir disposições ideológicas favoráveis à manutenção da ordem capitalista, vale dizer, o capital financia a educação e esta valida teorias de dominação e controle do conhecimento de acordo com as exigências do capital, ou seja, o mundo das idéias é poderosamente afetado.(DUARTE, 2003).

Por outras palavras, está instalada a relação de íntima dependência da educação à lógica do capital, o indivíduo não é livre nas suas concepções ideológicas, todo o pensamento é direcionado efetivamente para a manutenção da ordem social e o processo educativo como mediador que é da reprodução social, assume funções voltadas predominantemente para a reprodução das relações dominantes como podemos observar ainda nas palavras de Duarte (2003, p. 213)

[...] a educação é uma mediação para a reprodução social. E que numa sociedade de classes ela, necessariamente, contribuirá para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação no seu conjunto de modo a estar voltada para a emancipação humana.



É no contexto dessa nova resignificação da educação, que o Banco Mundial abandona políticas de dominação para o controle dos insurgentes, tais como a política de substituição das importações e a política desenvolvimentista² e passa a se ocupar gradativamente com o destino da educação. (LEHER, 1998).

O BM preocupado com uma possível ingovernabilidade causada pelo aumento da pobreza e suas conseqüências, viu na educação a saída ideal, pois disseminou uma ideologia que só através da educação era possível uma solução para a pobreza, desta forma, o BM passou a investir no que chamamos de capital humano para ampliar a produtividade do trabalhador/estudante com o objetivo de influenciar sua conduta sócio-política. Diante de tais questões o BM “[...] torna-se o principal centro de formulação de políticas educacionais para países em desenvolvimento.” (LEHER, 1998, p.207).

Dentre as políticas educacionais do BM são formuladas questões relevantes ao exame de eficiência interna e externa da educação. O levantamento dessas questões imprime à atividade educacional um caráter estatístico, na medida em que são oriundas de levantamentos de dados em relação: ao fluxo de estudantes no tempo, determinismo da faixa etária, limite de gasto por abandono etc, ao mesmo tempo em que é julgada e avaliada e repercussão da escolaridade no mercado de trabalho e na produtividade do trabalhador.

No entanto tal redimensionamento deixou descoberto outros níveis de escolaridade como é o caso do nível secundário e universitário, pois difundiu-se a ideologia de que esses níveis de escolaridade era privilégio de poucos, abriu-se desta forma sem nenhuma cerimônia o largo caminho para a privatização das universidades. (LEHER, 1998).

Desde os tempos de sua criação, o ensino superior assumiu um caráter de exclusividade, implicando na oportunidade de acesso para poucos. Considerando que, historicamente, esse acesso está condicionado à transposição de níveis anteriores, condição que nem sempre é possível para todo o conjunto da sociedade.

² Política ideológica produzida no pós Segunda Guerra, enquanto afirmação da hegemonia econômica e política dos EUA, que impunham através da propaganda o modelo de vida norte-americano como sendo o ideal para a reconstrução do mundo. Tal política tinha como objetivo principal impedir a expansão do comunismo, maquiada com um poderoso esquema explicativo de crescimento econômico.



O contexto citado acima transformou o ensino superior numa atividade de elite, ou seja, para poucos, não se firmando como uma evolução natural do avanço do pensamento humano, trazendo para si uma idéia de privilégio em que os poucos que tem acesso a esse nível de formação, por motivos econômicos e sociais, eram merecedores de prerrogativas de mais capacitados.

No que se refere a interferência da industrialização nos caminhos do ensino superior, além da exigência de qualificação para atender a demanda, há de se atribuir também, uma lógica endereçada para a pesquisa científica, a universidade retoma a liderança do pensamento e torna-se centro de pesquisa. Coube a Alemanha³ e não a França resgatar essa importante função da universidade. Percebemos que a universidade sempre se pautou pela necessidade de uma ação livre para questionar, investigar e propor soluções aos problemas da sociedade.

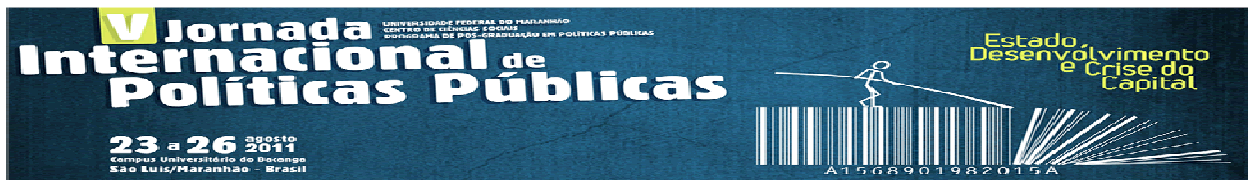
3 OS ENTRELAÇOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Os intelectuais portugueses que chegaram ao Brasil na comitiva imperial, inicialmente, ao invés de criar universidades, criaram instituições isoladas de ensino superior para a formação de profissionais a exemplo do modelo francês. Foi criada então, a escola de medicina, de engenharia, e a escola politécnica com cursos jurídicos, durante muito tempo o ensino superior no Brasil foi regido por estes três cursos que, paulatinamente, foram se multiplicando isoladamente.

Até a década de 1960, a universidade brasileira, era herdeira das diretrizes da universidade européia (França e Alemanha), a partir dessa época, a sociedade universitária brasileira se posicionou efetivamente no sentido de superar o modelo vigente, tomou forma assim a reforma universitária de 68.

A partir da reforma de 68, o ensino superior, deveria ser ministrado em universidade, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados. A universidade era a organização privilegiada para ministrar essa categoria de ensino. A Lei 9.394/96 acabou com esse privilégio, dispondo que a educação superior poderia ser ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de

³ O marco dessa transformação ocorreu em 1810, quando da criação da universidade de Berlim (Alemanha), por Huboldt. A Universidade moderna, como centro de pesquisa é, portanto uma criação alemã, preocupando-se em preparar o homem para descobrir, formular e ensinar ciência.



abrangência ou especializações. Tais instituições eram as universidades, os centros universitários, as faculdades integradas, as faculdades, as escolas superiores e os institutos superiores. Essa abertura trouxe a possibilidade de instituições não-universitárias poderem usar variados graus de autonomia, em função de sua competência, qualidade ou especificidade. (CUNHA, 1998).

A reforma citada acima pleiteava, entre outras coisas, uma modernização do ensino e se espelhou no modelo das universidades norte-americanas, respaldando, assim, a hegemonia imposta pelos Estados Unidos com sua política desenvolvimentista, como conferimos com Cunha (1998, p.18) “[...] com efeito, a modernização do ensino superior na direção do modelo norte-americano já vinha ganhando terreno lento, mas solidamente, desde os anos 40”. Esse modelo americano de ensino fragmentava o conhecimento em disciplinas, este por sua vez, obedecia a premissa básica, o currículo. Observamos que essa estrutura permanece até os dias atuais.

Com a crise estrutural do capital deflagrada nos anos 70, e a necessidade do mesmo de se realinhar ainda mais aos parâmetros de exploração e expansão, consolida-se uma forte subserviência da educação a lógica do mercado, passando esta a ocupar um lugar de destaque nas estratégias capitalistas. No entanto, de acordo com Leher (1998), o ensino superior não foi alvo de investimento do capital, que destinou a grande maioria de seus recursos para o ensino fundamental, por acreditar que este respondia perfeitamente aos objetivos ideológicos da doutrina do capital.

O controle dessa fase inicial da educação, era conforme os capitalistas, capaz de conter os sinais de profunda insatisfação manifestada pela classe trabalhadora. Nesta perspectiva, era de crucial importância manter o mínimo de escolaridade dessa população. Um fator que pode ser destacado para os investimentos no ensino fundamental, foi seu baixo valor de orçamento, que rendia altos dividendos desembocando em um custo benefício vantajoso.

Essas considerações acima servem de parâmetros para contextualizar a exclusão do ensino superior nas diretrizes do Banco Mundial para os países periféricos como o Brasil. Para o capitalismo, o ensino superior deve obedecer a regras mercantilistas e tecnicistas suprimindo, desta forma, as necessidades de trabalho



do capital, que não necessita reconhecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tripé seriamente comprometido nas universidades públicas brasileiras.

3.1 O Caminho da privatização da educação superior

Cada vez mais assistimos o ensino superior se encaminhando na direção da privatização, haja vista, o número crescente de aprovação pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) de faculdades, e o baixo orçamento destinado às universidades públicas e mais recentemente a compra de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) pelo governo através de Programas como o Universidade Para Todos (PROUNI)⁴ e o Financiamento Estudantil (FIES)⁵.

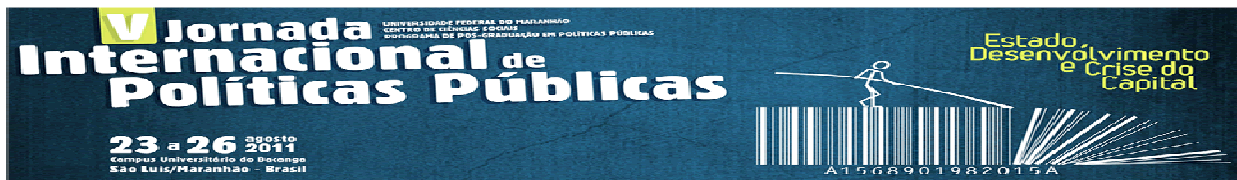
Efetivar tal mercado é um dos grandes desafios das políticas do capital, que vem tentando a todo custo transferir o ensino superior da esfera social e política, para a esfera do mercado, reduzindo sua condição à propriedade. Entendemos por oferta o mecanismo que regulamenta o preço das mercadorias que, em consonância com a procura constituem as bases do comércio e, nessa perspectiva, o ensino superior é regulamentado sem nenhuma crise de consciência como uma mercadoria. Percebemos que as universidades existentes no Brasil continuam a ser absorção, aplicação e difusão do saber, fruto da atividade intelectual dos países desenvolvidos. (SILVA; GENTILI, 1996)

É importante destacar, no entanto, que o direcionamento das políticas educacionais do ensino superior, recomendadas pelo Banco Mundial, subordina a educação às necessidades do mercado de trabalho frente à urgência de um ajuste as demandas de emprego.

4 CONCLUSÃO

⁴ O PROUNI é um programa do governo federal, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, destinado à concessão de bolsas de estudos para cursos superiores em instituições privadas e que foi instituído pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005

⁵ O Programa é destinado a financiar, prioritariamente, a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas. Lei nº 10.260, de 12/07/01



Atualmente encontramos nos discursos governamentais e empresariais, uma centralidade reservada cada vez mais à educação, tão incentivada pelos organismos internacionais, sob a ideologia da empregabilidade, reforçando, portanto a política de privatização desse nível de ensino, pois a mesma não é uma atividade exclusiva do estado.

Apesar de seu caráter reprodutivista, a educação possui também uma dimensão transformadora, colocando-se contra o que está posto e a favor da transformação social. Neste panorama de contradições, percebemos a marca de um discurso disfarçado, pois apesar deste proclamar a prioridade da educação, isto definitivamente não se materializa, pois promove-se apenas o fetiche da valorização da escola, veiculado através da anunciada competência, da inclusão econômica, e inserção social. Elementos estes que pairam sob limites reais e formais da cidadania, que afirmam em todos os sentidos a lógica desumana do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

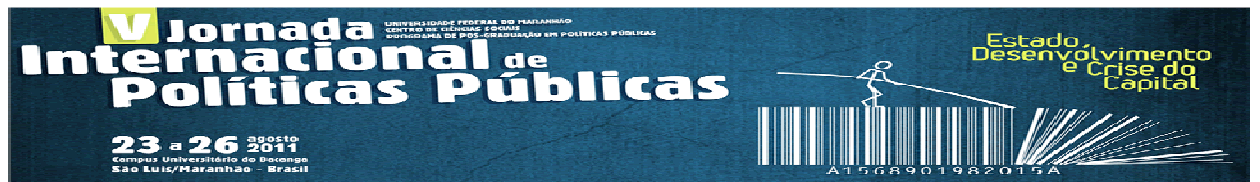
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. Referências bibliográficas – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Apresentação de citações em documentos – NBR 10520. Rio de Janeiro, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformulada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios críticos-dialético em filosofia da educação. São Paulo: Autores Associados, 2003.



LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento a ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio da pobreza"**. São Paulo, USP, 1998, 267p. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, 1998.

MÈSZAROS, Istvan. **O século XXI socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Org.). **Escola S:A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.